

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM INCLUSIVOS: A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E UNIVERSITÁRIAS

Michelle Karina Assunção Costa 1ⁱ, Universidade Federal de Minas Gerais, 0000-0001-8419-2908, Brasil, michelleassuncao@gmail.com

Dalgiza Andrade Oliveira 2, Universidade Federal de Minas Gerais, 0000-0002-0814-6325, Brasil, dalgizamg@gmail.com

Exo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

1 Introdução

O presente artigo origina-se a partir da tese, defendida no ano de 2022, *As (d)eficiências na gestão de bibliotecas universitárias: um olhar sobre a perspectiva da diversidade*, em que se comprehende que é inevitável que todo o sistema educacional brasileiro tenha bibliotecas acessíveis para a pluralidade de alunos que constituem a comunidade escolar. Ademais, dialoga com o objetivo da Frente de Trabalho Biblioteca Escolar e Política de Leitura, lançado em 2024, do Instituto Nacional de Política Educacional e Trabalho Docente (INCT) Gestrado e sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de analisar o movimento em relação à biblioteca escolar e aos hábitos de leitura, usos e substituição do acervo físico por digital, mudança de hábitos, exigências, programas públicos.

O INCT Gestrado se organiza em oito frentes de trabalho, a saber: Atendimento Escolar; Trabalho e Emprego Docente; Saúde Docente; Alimentação Escolar; Biblioteca Escolar e Política de Leitura; Tecnologias Digitais e Trabalho Docente; Atores, Agendas e Políticas Educacionais; e, Educação e Comunicação.

No contexto da educação, das bibliotecas escolares e universitária, e da comunidade escolar, o problema de investigação centra-se no olhar dirigido aos alunos com deficiência ou

pessoas com deficiência (PcD), termos aqui tratados como sinônimos, no sistema educacional brasileiro.

E nesse sistema educacional, as bibliotecas integram o processo ensino-aprendizagem. A biblioteca escolar é

um espaço de aprendizagem físico e digital numa escola pública ou privada do ensino básico ou secundário que responde às necessidades de informação dos seus alunos e às necessidades curriculares dos seus professores e funcionários. Uma biblioteca escolar disponibiliza uma coleção de recursos educativos adequados aos níveis de ensino da escola. A biblioteca escolar é gerida por um bibliotecário escolar, cuja função é a de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, pessoal, social e cultural dos alunos e professores através de atividades e serviços relacionados com a leitura, pesquisa e investigação (International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO, 2025, p.1).

A biblioteca universitária é aquela

[...] que é mantida por uma instituição de ensino superior e que

atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser única biblioteca ou várias organizadas como sistema ou rede (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 53).

Ante o exposto, nesse universo que compõe as referidas bibliotecas é fundamental naturalizar, no seu cotidiano, a acessibilidade em suas práticas. Tendo em vista que há marcos históricos e regulatórios que orientam e reconhecem o direito das PCD a educação, informação entre outros. Como discorre Carvalho (2017, p. 23-23)

no âmbito interno das escolas, existem as bibliotecas que são espaços primordiais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, contribuindo com o enriquecimento cultural dos discentes. Esse ambiente da biblioteca escolar precisa atender, assim como a escola como um todo, às adequações de acessibilidade, evitando, pois, barreiras.

À passagem de Carvalho, acrescentam-se os adultos e idosos matriculados no ensino superior, que também são usuários das bibliotecas universitárias.

No contexto do acesso à informação, aos livros e bibliotecas, no ano de 2018, instituiu-se a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLL), Lei nº 13.696, de 12 de julho. Dentre as suas diretrizes, há a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito [...], o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC) entre outras. Destaca-se no PNLL cabe ao órgão garantir a inclusão de PCD, assegurando as condições necessárias de acessibilidade e observando os acordos, convenções e tratados internacionais que promovem o acesso desse público às obras literárias (Brasil, 2018, *online*). Isso posto, percebe-se a ligação intrínseca da leitura e das bibliotecas e, consequentemente,

o de se pensar e incluir todas as pessoas, com ou sem deficiência, nas práticas de leitura, formação de leitor e acesso às bibliotecas brasileiras.

Nesse sentido, deve-se atentar se todos os usuários das bibliotecas escolares e universitárias, incluindo os alunos com deficiência, utilizam os produtos e serviços oferecidos. Para isso, torna-se indispensável conhecê-los e compreender suas demandas e necessidades informacionais. Esse olhar é necessário, pois, para que todos, de fato, façam uso da prestação de serviços nas bibliotecas, é fundamental conhecer o público-alvo das bibliotecas e suas especificidades para acesso/uso aos espaços e/ou da informação.

À vista disso, o objetivo geral do artigo é discutir o direito de alunos com deficiência terem bibliotecas acessíveis no sistema educacional brasileiro. Tendo como desdobramentos os objetivos específicos de apresentar marcos históricos e regulatórios que dão subsídios para as bibliotecas se reorganizarem e dar condições de uso e permanência em seus espaços aos alunos com deficiência; identificar as barreiras presentes nas bibliotecas; e evidenciar a importância da incorporação das temáticas de acessibilidade e inclusão nas práticas de gestão das bibliotecas universitárias e escolares.

Isso posto, a presente investigação retrata a importância e a justificativa dessa temática em que se visualiza as oportunidades e os desafios das áreas da Ciência da Informação (CI), Biblioteconomia e Educação para uma prática mais inclusiva.

2 Referencial teórico

Na obra *História sobre os movimentos sociais no Brasil* (Lanna Junior, 2010), encontra-se que as PCD, ao se constituirem como movimento social, empenharam-se por novas denominações que rompem com a imagem negativa que as excluíam. Iniciou-se, portanto, com a expressão “pessoas deficientes” usado pelo movimento na sua organização do final dos anos de 1970 e início de 1980 por

influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD).

Ainda de acordo com o autor, incluir o substantivo ‘pessoa’ “era uma forma de evitar a coisificação, se contrapondo à inferiorização e desvalorização associada aos termos pejorativos usados até então” (Lanna Junior, 2010, p.17). Posteriormente, com o intuito de identificar a deficiência como um detalhe da pessoa, a expressão “pessoas portadoras de deficiência” foi incorporada. E adotou-se essa expressão na Constituição Federal, nas leis, sendo esses alguns exemplos.

Em 2006, a expressão PCD, consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), passou a ser adotada para designar esse grupo social. Como menciona, o autor, essa expressão em, oposição à pessoa portadora, demonstra que a deficiência parte do corpo e humaniza a denominação. “Ser pessoa com deficiência é, antes de tudo, ser pessoa humana. É uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência”(Lanna Júnior (2010, p. 17).

Consoante com Lanna Júnior (2010, p. 16), “as palavras são instrumentos importantes de luta política”. Acrescenta que foram adotados eufemismos como pessoas com necessidades especiais e portadores de necessidades especiais. Essas denominações são criticadas pelo movimento das PCD diante do adjetivo especial de se criar uma categoria que não condiz com a luta dessas pessoas pela inclusão e equiparação de direitos. Salienta-se que, a luta política para esse movimento não vai em busca de ser especial, contudo, ser cidadão. Dessa forma, passou-se a questionar a ‘condição de ‘portador’ pelo movimento “por transmitir a ideia de a deficiência ser algo que se porta e, portanto, não faz parte da pessoa” (Lanna Junior, 2010, p. 17), em que aponta que há uma tendência de priorizar a deficiência, deixando o indivíduo em segundo plano. Lamentavelmente, ainda se lê textos e se ouve pessoas utilizarem essas expressões nos mais diferentes espaços e meios de comunicação.

É sabido que a educação é um direito das PCD e que as instituições de ensino precisam se reorganizar, adaptar e aprender sobre a temática para que garanta a acessibilidade curricular, acessibilidade física, comunicacional, atitudinal entre outras aos estudantes da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. De modo consequente, isso incluirá uma reorganização das bibliotecas para receber os alunos com deficiência.

De acordo com a Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB) nº 2, 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001,

devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliário - e nos transportes escolares, biblioteca escolar, como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários. (Conselho, 2001, p. 3).

Salienta-se que, é direito de todos ir e vir nos mais variados espaços sociais, e que se insere a PCD visível e ocultas (não aparente). Uma vez que nem toda deficiência é visível. Cabe destacar que no Brasil, de acordo com Maior (2017, p. 32), o arcabouço dos subsídios legais brasileiros “destinadas aos direitos das pessoas com deficiência é reconhecido como um dos mais abrangentes do mundo”. Ressalta-se assim, a importância da legislação brasileira, das políticas de cotas, uma vez que propicia a essas pessoas ocuparem mais espaços, em se capacitar, ter uma formação, um emprego, uma renda maior e sair da invisibilidade. E, consequentemente, diminuir o preconceito e o capacitismo. Pois, as PCD foram, por anos, recebendo pouca consideração e tendo seus direitos desrespeitados. Isso as motivou a se organizarem em grupos e a promoverem um movimento intenso de atuação política no

contexto do retorno da democracia no Brasil (Lanna Júnior, 2010).

No entanto, conforme presente na *Carta de Brasília*, persistem muitas lacunas para a “efetivação de direitos, especialmente entre as pessoas, grupos e movimentos sobre os quais recaem a sobrecarga da interseccionalidade desses maradores sociais” (Conselho, 2024, p. 35).

Entende-se que, a partir da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, atitudinais, mobiliários e equipamentos e as informacionais (Sassaki, 2009; Nicoletti, 2010) nas bibliotecas escolares e universitárias, os alunos com deficiência, poderão utilizar seus espaços físicos e digital, mobiliários, edificações, informação entre outros serviços, com autonomia, liberdade e independência. Exercendo assim, os seus direitos de cidadão e de participação social (Brasil, 2015).

Considerando o contexto da temática discutida, um dado que chama a atenção são os resultados das edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil realizadas nos anos de 2001, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2024, em que não se encontra dados e/ou menção a leitores (declarados) que sejam PCD. Contudo, na pergunta o que a biblioteca representa? Na 4^a e 5^a edições da pesquisa encontram-se as respostas “Um lugar para acessar ou emprestar livros em braile”; “um lugar para acessar audiolivros”. E na pergunta Frequência de leitura por tipo de material, independente do suporte há a resposta “Lê livros em braille”, “Livros em braille”. E na 6^a edição da pesquisa, o braille só aparece na resposta da pergunta o que a biblioteca representa.

Reflete-se que entre os participantes da pesquisa pode ter PCD, e que o ato de ler, a sua prática de leitura, o acesso aos livros são aspectos que deveriam ser considerados na pesquisa tendo em vista que no Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 7,3% da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022)ⁱⁱ. Destaca-se, infelizmente, que essa população tem menor acesso à educação, trabalho e renda. Esse olhar

é pertinente uma vez que barreiras informacionais, comunicacionais, físicas, sendo essas algumas tipologias, podem impactar se esse público é um leitor que é “aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de qualquer gênero, impresso ou digital, nos últimos 3 meses” ou não leitor que “é aquele que declarou não ter lido nenhum livro, ou parte de um livro, nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses” (Instituto Pró-Livro, 2024).

A partir do momento em que as sociedades humanas vão evoluindo, novas demandas vão sendo criadas. Por isso, a inclusão é progressiva e interminável. Existe a necessidade de se desenvolver recursos, materiais e procedimentos que favoreçam esse processo (Borges; Schmidt, 2021, p. 29).

Nessa direção, alguns pontos merecem ser mencionados, e destacam-se três, a saber: conhecimento e apropriação das expressões (terminologia) corretas ao se referir às Pcd – já mencionado no texto -, o capacitismo e a valorização da alteridade das pessoas.

O capacitismo é o olhar que as pessoas, sem deficiência, têm a respeito das Pcd, como não iguais, em que elas são menos aptas ou não capazes para gerir a própria vida ou de estar e ocupar determinados lugares por causa da deficiência (Dias, 2013).

Para Campell (2001, p. 44), o capacitismo é a

é a network of beliefs, processes and practices that produce a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human. Disability, then, is cast as a diminished state of biblioteca escolaring human”ⁱⁱⁱ.

O capacitismo está presente no cotidiano das pessoas, nas ideias, práticas, instituições, relações sociais e esse comportamento priva as Pcd de vários de seus direitos (Ivanovich, Gesser, 2020). Prosseguem que o capacitismo é um elemento que dificulta a participação social das Pcd materializando-se por meio de atitudes discriminatórias e preconceituosas em

que as pessoas são classificadas em “relação à forma como seus corpos estão em relação aos padrões de biblioteca escolarleza e capacidade funcional colocados na sociedade” (Ivanovich; Gesser, 2020, p. 14).

Nessa direção, enfatiza a Carta de Brasília “Pessoas com Deficiência na Luta por Equidade” que é um manifesto político da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CNDPD) realizada em julho de 2024, em Brasília, mobilizando mais de 1.600 participantes. O documento tem o objetivo de efetivar os direitos das PCD e superar práticas capacitistas. De acordo com este documento,

o capacitismo estrutural é a opressão e discriminação às pessoas com deficiência, que hierarquiza os sujeitos em relação aos seus corpos, a partir de um ideal de beleza e funcionalidade (Conselho, 2024, p. 35).

A respeito da valorização da alteridade das PCD, Sasaki, (1997, p. 172) explicita que uma sociedade inclusiva “garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios”, e ultrapassa a intenção de garantir espaços adequados a todos. Essa sociedade tem o intuito de fortalecer atitudes de valorização da alteridade dos sujeitos. A alteridade é a “[...] heterogeneidade radical do Outro” (Levinas, 1980, p. 23), a sua singularidade, suas características, suas especificidades, o reconhecimento de que o outro é diferente de nós. Ou seja, todas as pessoas são diferentes. “O processo de inclusão compreende valores, princípios e atitudes (Costa, 2022, p. 38). Percebe-se a importância de reconhecer as diferenças e respeitar a singularidade de cada pessoa, construindo um ambiente receptivo e sensível às diversas necessidades. Esses princípios devem orientar qualquer biblioteca que almeje ser, de fato, um espaço inclusivo e acolhedor.

Ao considerar que os marcos históricos, regulatórios e normativos que tratam da acessibilidade e dos direitos das PCD contêm informações relevantes para a promoção da

conscientização, sensibilização e implementação de uma gestão inclusiva em bibliotecas do sistema educacional apresenta-se, nesta seção, um levantamento desses documentos.

Cabe destacar que muitas das conquistas das PCD devem-se à luta dessas pessoas e às leis que garantam a acessibilidade, a inclusão, o seu direito de ir e vir.

Como apresentado no Quadro 1^{iv} visualiza-se, em ordem crescente, um compilado dos principais marcos brasileiros que contemplam os direitos das PCD ao longo dos anos.

Quadro 1 Marcos históricos e regulatórios

MARCOS HISTÓRICOS E REGULATÓRIOS		DATA
1	Lei nº 4.024 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional	1961
2	Constituição Federal Brasileira	1988
3	Lei nº 7.853 Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	1989
4	Lei nº 8.069 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	1990
5	Lei nº 9.394 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	1996
6	Decreto nº 3.298 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	1999
7	Lei nº 10.048 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica	2000
8	Lei nº 10.098 (Lei da Acessibilidade) Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	2000

9	Decreto 3.956 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	2001	21	ABNT NBR 15599: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços	2008
10	Lei nº 10.172 aprova o Plano Nacional de Educação	2001	22	Decreto nº 6.949 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)	2009
11	Lei nº 10.436 - Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2002	23	Lei nº 12.319 Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	2010
12	Lei nº 10.753 Institui a Política Nacional do Livro - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura, livros nos formatos digital, magnético e ótico para o uso exclusivo de PCD visual	2003	24	Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	2011
13	Decreto nº 5.296 - Decreto da Acessibilidade (Regulamenta as Leis nos 10.048 e 10.098)	2004	25	Decreto nº 7.611 - Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências	2011
14	Decreto nº 5.626 Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras	2005	26	Decreto nº 7.559 dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (revogado pelo Decreto nº 12.166/2024)	2011
15	Lei nº 11.133 - Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência	2005	27	Lei nº 12.527 Lei de Acesso à Informação Pública (LAI)	2011
16	Lei nº 11.126 Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia	2005	28	Lei nº 12.764 - Política Nacional de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	2012
17	Decreto nº 5.904 – Decreto do Cão Guia	2006	29	Tratado de Marraqueche para o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.	2013
18	Decreto nº 6.094 - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação	2007	30	Decreto nº 8.368 Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	2014
19	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2007	31	Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	2015
20	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008			

32	Lei nº 13.409 Dispõe sobre a reserva de vagas para PCD nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino	2016
33	Lei nº 13.585 de 2017 que Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência intelectual e Múltipla	2017
34	Decreto nº 9.099 Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático	2017
35	Decreto nº 9.522 que promulga o Tratado de Marraqueche	2018
36	Decreto nº 10.502 - Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida	2020
37	ABNT NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	2020
38	Lei nº 13.977 Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)	2020
39	Lei nº 14.624 Instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas	2023
40	Decreto nº 12.166 - Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.	2024

Fonte: Elaboração própria, 2025.

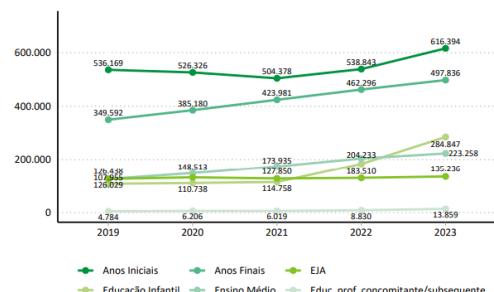
Em face do exposto, os direitos dessas pessoas estão garantidos via leis, decretos, políticas nos mais diversos contextos como nas diretrizes e bases da educação, na Constituição Federal

Brasileira, na integração da PCD na sociedade, no atendimento prioritário, na lei da acessibilidade com normas gerais para a sua promoção, na comunicação pela Libras, o acesso ao livro as PCD visual, no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - os editais do PNLD deverão prever as obrigações para os participantes relativas aos formatos acessíveis-, no dia nacional da luta da PCD, na lei do Cão Guia, na Política Nacional de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida entre outros.

Com o entendimento de que as PCD estão presentes nas modalidades de ensino Educação básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional e tecnológica e Ensino superior, esses documentos entre outros são fontes indispensáveis de consultas pois, contém informações pertinentes para o conhecimento, informação, conscientização, sensibilização, acolhimento e a prática de uma gestão e disponibilização de bibliotecas acessíveis e inclusivas.

Ainda a respeito da efetivação do direito das PCD à Educação, visualiza-se que vem crescendo o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino no Brasil entre os anos de 2019 a 2023.

Figura 1 Matrículas de PCD na educação básica



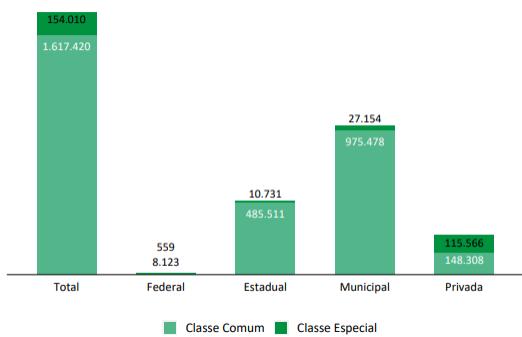
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2023

Conforme análise do Censo e apresentado na Fig. 1, ao avaliar o aumento no número de matrículas entre 2019 e 2023, percebe-se que na educação infantil houve acréscimo de 193%

nas matrículas de creche e de 151% nas de pré-escola.

Prosseguindo, ao observar e comparar a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa (estadual, municipal e privada), verifica-se que as redes estadual (97,8%) e municipal (97,3%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos. Enquanto na rede privada a realidade é diferente. De um total de 263.874 matrículas da educação especial, somente 148.308 (56,2%) estão em classes comuns. Essa comparação é apresentada na Figura 2.

Figura 2 Número de matrícula por dependência administrativa



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2023

Assim, infere-se que sejam consideráveis os desafios para os atores sociais nas escolas brasileiras. Apesar disso, ações inclusivas podem ser realizadas no sistema educacional e contribuir para um percurso estudantil menos exclusivo e mais acolhedor.

Conforme discorre Nicoletti (2010, p. 89), “o bibliotecário é tão responsável pela questão da acessibilidade como qualquer outro profissional, pois, o acesso à informação é um direito magno”. Portanto, no ambiente escolar, bibliotecários, professores, gestores, alunos e pais (atores sociais) são corresponsáveis por criar uma escola acolhedora, inclusiva e que valoriza a diversidade.

Se é imprescindível às bibliotecas conhecerem os seu público-alvo, seus usuários reais ou em potencial, é essencial, igualmente, que os gestores de bibliotecas conheçam a legislação. E, assim, ter o compromisso de disponibilizar e manter espaços de aprendizagem acessíveis

(serviços, produtos, acervo, equipe capacitada etc.). Pois, dentre a heterogeneidade de pessoas que constituem uma sociedade, algumas podem ter deficiências física, auditiva, visual, múltipla, mental, e que podem ser temporárias ou permanentes, progressivas, regressivas ou estáveis, intermitentes ou contínuas, e Transtorno do Espectro Autista – TEA entre outros transtornos e síndromes (Brasil, 1999; Brasil, 2004; Manual, 2014).

Apreende-se, portanto, que os documentos normativos (regulamento, regimento, políticas de desenvolvimento de acervo), das bibliotecas seriam o ponto de partida para que a inclusão, acessibilidade e a PCD possa estar de fato presente nesse espaço informacional. Visto que, eles seriam elaborados a partir das disposições legais. Dessa forma, as normativas das bibliotecas contemplariam a pluralidade de pessoas presentes no sistema educacional brasileiro. É requerido que esse olhar e a prática inclusiva se torne um fazer natural e cotidiano no trabalho das pessoas nos mais diversos espaços sociais.

É preciso lembrar que as PCD lutam por: aprimorar o controle social para assegurar o seu protagonismo, com a sua participação na definição de políticas públicas e acessibilidade; instituir um Fundo nacional e interfederativo de promoção dos direitos da pessoa com deficiência; promover a ampliação da representatividade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conade; ampliar as políticas afirmativas; qualificar a participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas; instituir um sistema unificado de avaliação biopsicossocial da deficiência; integrar os dados do Cadastro Único da Pessoa com Deficiência aos demais sistemas de informação e gestão para acesso de todas as políticas públicas; promover programas de inclusão da PCD no mercado de trabalho de forma digna; estabelecer programas continuados de formação social e profissional; confirmar a comunicação universal como direito básico; promover políticas públicas de fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas nacionais, incluindo

medidas para assegurar a acessibilidade digital em todas as esferas de serviços públicos e privados [...]; realizar mobilização popular para enfrentamento ao capacitismo; priorizar a proteção das pessoas com deficiência; fortalecer o arranjo federativo para que se articule colaborativamente os esforços e recursos de todos os entes federativos - União, estados e municípios; e acessibilidade cultural e estética, garantindo a participação das pessoas com deficiência como especialistas na cadeia produtiva cultural (Conselho, 2024). Esses e outros pontos podem ser consultados na *Carta de Brasília Pessoas com Deficiência na Luta por Equidade* (2024).

Em face do exposto, tem-se o entendimento que as demandas das PCD são bem claras e até direcionam para que tipo de ações podem ser criadas para disponibilizarmos bibliotecas mais inclusivas. Contudo, a acessibilidade atitudinal é a principal para que as demais possam existir, pois, se os gestores das bibliotecas não se conscientizarem do seu papel e dos direitos dos cidadãos as bibliotecas permanecerão espaços inacessíveis para alguns usuários da informação.

3 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, com natureza aplicada e social ao fazer um estudo acerca de temática que pode ter ressonância na sociedade, pois tem como atividade básica indagar, descobrir a realidade, discutir os contextos (Minayo, 1996).

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva tem como objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, visando à compreensão das diferentes situações e relações presentes nos contextos social, político, econômico, entre outros.

Para Groulx (2008, p. 96) “a pesquisa qualitativa pretende mudar tanto a prática, quanto seus modos de gestão”. Essa afirmativa vai ao encontro da necessidade de mudanças serem realizadas nas bibliotecas universitárias e escolares para que na prática o Brasil

disponibilize bibliotecas acessíveis e inclusivas. Bem como como dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a diminuição das desigualdades no cotidiano das bibliotecas.

O universo da pesquisa compreende as bibliotecas escolares e universitárias, com foco nos alunos com deficiência.

Para a coleta de dados, foram empregadas a pesquisa documental — envolvendo a análise de legislações, decretos, políticas públicas, Censo Escolar — e a pesquisa bibliográfica, com foco na produção científica de teses e dissertações, com o intuito de atender aos objetivos propostos. Complementarmente, são apresentados dados parciais da tese, obtidos por meio da aplicação de questionários eletrônicos a estudantes com deficiência de duas instituições de ensino superior, uma pública e outra privada, ambas localizadas no estado de Minas Gerais.

A análise de conteúdo (Bardin, 2009) é a técnica de análise de dados adotada. Essa técnica “utiliza um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos para analisar e descrever os conteúdos das comunicações das mensagens e textos” (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 260).

4 Resultados

Nesta seção, apresentam-se resultados a respeito da importância da acessibilidade e inclusão em duas tipologias de bibliotecas - a biblioteca universitária e a biblioteca escolar -, que vai ao encontro do objetivo geral do estudo: discutir o direito de alunos com deficiência terem bibliotecas acessíveis no sistema educacional brasileiro.

A partir do levantamento dos marcos históricos e regulatórios, apresentam-se 40 documentos, os quais abrangem diversos aspectos, dentre os quais se destacam: as diretrizes e bases da educação nacional que tratam da inclusão da PCD, assegurar o atendimento prioritário a esse público nos mais variados espaços sociais, normas que visam à promoção da acessibilidade educacional, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio

legal de comunicação e expressão da comunidade surda, bem como a garantia de acesso a materiais e fontes de informação em formatos acessíveis. Também são considerados dispositivos como o Decreto do Cão-Guia, que assegura às pessoas cegas o direito de frequentar espaços acompanhadas de seu cão-guia; a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reforça o direito à educação inclusiva; e a regulamentação do uso do cordão de girassóis como recurso de identificação de estudantes com deficiências ocultas, promovendo sua visibilidade e apoio adequado no ambiente escolar dentre outros. Infere-se, portanto, que ao apresentar e ter conhecimento dessas informações não há como negar o direito que as PCD têm e da necessidade de mudança do olhar no âmbito das bibliotecas no sistema educacional brasileiro.

A partir da presença crescente de PCD no sistema educacional brasileiro, as instituições de ensino deveriam se reorganizar para recebê-las e dar condições de permanência. Como também ter os seus funcionários capacitados para trabalhar com esse público.

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica (2003) nos anos iniciais do ensino, havia 616.394 matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais, 497.836 nos anos finais, 284.847 matrículas na educação infantil, 223.258 matrículas no ensino médio e 13.859 matrículas na educação prof. Concomitante/subsequente (o estudante cursa o ensino médio e um curso técnico ao mesmo tempo, enquanto a subsequente é quando o estudante já concluiu o ensino médio).

Ao que se refere ao universo do ensino superior, entre as PCD matriculadas nesta modalidade as tipologias de deficiências mais declaradas são a física, a visual (baixa visão) e a intelectual. Ainda é baixo o quantitativo de PCD múltiplas (surdocegueira) na graduação. Na figura 3 visualiza-se o número de matrículas de PCD no ensino superior no período de 2013 a 2023.

Figura 3 Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência no Brasil no período de 2013 a 2023

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2013	29.034	0,4%
2014	33.377	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.633	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%
2023	92.756	0,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

O levantamento da comunicação científica foi realizada por meio da pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desse levantamento, extraiu-se vários dados para a tese, contudo, para este trabalho, apresenta-se as barreiras presentes nas bibliotecas aos alunos com deficiência^v. Para a recuperação da informação, sobre a biblioteca escolar foram utilizadas palavras-chave “biblioteca escolar aluno com deficiencia”.

Observa-se que na comunicação científica na CI no âmbito da biblioteca universitária várias pesquisas vêm sendo realizadas ao longo dos anos no contexto da acessibilidade e PCD construindo o Estado da Arte. No trabalho empírico realizado na tese, identificou-se 39 investigações realizadas no período de 2006 a 2019, e percebe-se um considerável interesse pelos usuários com deficiência visual e auditiva como objetos de estudos nas pesquisas identificadas. No entanto, carece de um olhar voltado para as pessoas com deficiência intelectual e do transtorno do espectro autista, tendo em vista que há uma lacuna na revisão de literatura em que não se vê estudos com o enfoque nesses usuários e demandam por mais acessibilidade atitudinal, principalmente.

No levantamento realizado no primeiro semestre de 2025, das dissertações e teses

presentes no catálogo da CAPES que abordam a biblioteca escolar e o aluno com deficiência, foram recuperadas 33 pesquisas. Essa amostra corresponde a 21 dissertações e seis teses, entre dos anos 2000 (1), 2009 (1), 2010(1), 2011 (1), 2012 (1), 2017 (1), 2019 (6), 2021 (4), 2022 (7) e 2023 (10). Os estudos foram realizados nas áreas do conhecimento de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciências Ambientais, Educação, Educação Especial, Engenharia/Tecnologia/Gestão, Ensino, Geografia, Letras, Matemática, Música, Saúde Coletiva.

Na análise dessa literatura, com o objetivo de identificar a temática discutida e responder aos objetivos propostos, constatou-se que somente um estudo aborda especificamente o tema, sendo este a dissertação intitulada *Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da Biblioteca Escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora* (2016). Dessa amostra, três trabalhos não estavam disponíveis para consulta *online*, o que impossibilitou a verificação da inclusão da temática na pesquisa.

Com a análise de conteúdo (Bardin, 2009) da comunicação científica no intuito de verificar o objetivo específico de identificar as barreiras presentes em bibliotecas, verifica-se que algumas barreiras aos alunos com deficiência ainda persistem no cotidiano das bibliotecas/ambiente escolar. E são barreiras a serem superadas por alunos, professores, bibliotecários, gestores, pais e comunidade. Isto é, por todos aqueles que formam a comunidade escolar. Para ilustrar a afirmativa, alguns exemplos de barreiras em bibliotecas escolares e universitárias foram identificados nos estudos de Dischinger, 2009, e Paula, 2009; Nicoletti, 2010; Silva, 2012; Alves, 2017; Carvalho, 2017; Cerqueira, 2019 e Costa, 2022; apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 Barreiras as PCD presentes nas bibliotecas

Dimensões da acessibilidade	Barreiras
Arquitetônica	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca escolar biblioteca escolar duros muito altos não permitem serem usados por pessoas em cadeira de rodas, crianças pequenas ou pessoas de baixa estatura; • Banheiros inacessíveis; • Corredores estreitos entre as estantes que não permitem o giro da cadeira de rodas; • Inexistência de barras de apoio ao longo de paredes que funcionam como corrimãos (para PCD visual e mobilidade reduzida); • Porta de entrada da biblioteca estreita; • Bibliotecas com vários níveis sem rampa, elevador ou plataforma elevatórias; • Rota acessível para a biblioteca; • Ausência de espaços com cores contrastantes.
Atitudinal	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento de: Cordão de Girassol (indicação de deficiências ocultas como autismo, epilepsia, fibromialgia, surdez entre outras); • Cordão de Quebracabiboteca escolarça que sinaliza o TEA; • Cordão de Transtorno de Déficit de Atenção (TDH); • Segregação na convivência, discriminação,

	<p>preconceitos, estigmas, estereótipos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacitação da equipe quanto as questões da inclusão e acessibilidade; • Proibição da entrada do Cão-Guia 		<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de teclados alternativos, sem destaque nas teclas, mouses alternativos.
Comunicacional	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos audiovisuais sem legendas; • Publicações nas redes sociais sem audiodescrição. 	Metodológica	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos usuários sem considerar a diversidade dos alunos e suas necessidades para uso, consulta da informação/computadores; • Falta de capacitação da equipe quanto as questões da inclusão e acessibilidade; • Documentos audiovisuais sem legendas; • Publicações nas redes sociais sem audiodescrição; • Ausência de material didático tátil (acessível).
Informacional	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de publicações em Braille, Libras, letra ampliada; • Texto digital inacessível; • Produção de documentos sem descrição de imagens; • Ausência de material didático tátil (acessível); • Falta de computadores com recurso para ampliar a fonte e propiciar uma leitura mais agradável; • Softwares sem recursos de acessibilidade. 	Mobiliário e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Mesas inacessíveis a pessoa em cadeira de rodas; • Ausência de assento destinado a pessoas com mobilidade reduzida e/ou pessoas obíliboteca escolares; • Balcão e quadros de avisos inacessíveis à pessoa em cadeira de rodas e baixa estatura; • Falta de prateleiras e gaveteiros para guardar livros e objetos ao alcance de todos os usuários; • Computador sem programa de leitor de tela; • Materiais organizados nas prateleiras mais altas que impedem o acesso pelas crianças menores, pessoas em cadeira de rodas, pessoas com baixa estatura ou mobilidade reduzida (braços);
Instrumental	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de equipamentos para ampliação textos; • Ausência de scanner para digitalização de documentos que permita a transcrição dos documentos para formatos acessíveis; • Falta de tecnologia assistiva; • Documentos produzidos sem descrição de imagens; • Uso de imagens complexas (gráficos e tabibioteca escolarlas) e sem descrição nos; 		

	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de computadores com recurso para ampliar a fonte e propiciar uma leitura mais agradável; • Softwares sem recursos de acessibilidade.
Programática	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentos, regimentos, normas e políticas que não contemplam questões de acessibilidade; • Proibição da entrada do Cão-Guia.

Fonte: Elaboração própria, 2025

As barreiras apresentadas no Quadro 2 constituem uma compilação resultante da análise da comunicação científica e podem servir como subsídio para que gestores de bibliotecas avaliem aspectos como estrutura, serviços, atendimento, mobiliário, tecnologias e normativas dentre outras, no cotidiano dessas unidades de informação.

Verifica-se que em todas as tipologias de acessibilidade (Brasil, 2015; Nicoletti, 2010; Sasaki; 2009) há barreiras para os alunos com deficiência. Infere-se que, a principal barreira é a atitudinal visto que com a sua existência essa dimensão da acessibilidade impede a eliminação das demais barreiras e desta forma disponibilizar bibliotecas acessíveis a uma diversidade de alunos.

5 Considerações

Ao longo deste trabalho, percebe-se que as PCD possuem um aparato legal que garante seus direitos. Embora o país disponha de uma legislação robusta que assegura os direitos das PCD e represente avanços significativos, a implementação prática ainda enfrenta desafios expressivos, e esse público continua a se deparar com inúmeras barreiras e formas de preconceito.

Observa-se uma lacuna significativa entre a teoria e a prática, o que evidencia a necessidade de planejamento e de estratégias

mais eficazes para transformar os princípios inclusivos em realidade nas bibliotecas escolares e universitárias.

Na prática, estudantes com deficiência deveriam receber, desde sua matrícula no sistema educacional, recursos pedagógicos adaptados às suas necessidades individuais. Salienta-se que, que alunos com a mesma tipologia de deficiência possuem comportamentos informacionais diferentes bem como aquelas pessoas sem deficiência. Isto é, cada indivíduo tem suas preferências por fontes de informações, tecnologias assistivas entre outros aspectos para pesquisa, leitura, estudo etc. Assim sendo, caberia ao sistema educacional disponibilizar salas de recursos multifuncionais, mobiliário adequado, equipe capacitada, domínio de tecnologias assistivas, acervo acessível, além de profissionais como tradutores e intérpretes de Libras etc.

Mais do que espaços de consulta e empréstimos de livros, as bibliotecas podem promover práticas literárias acessíveis, como hora do conto, saraus e clubes do livro, assegurando que todos possam vivenciar o prazer da leitura e a participação plena nessas atividades. Ao considerar as bibliotecas como equipamentos pedagógicos, como espaços democráticos de conhecimento, as bibliotecas precisam ser estruturadas de forma a acolher a diversidade, eliminar barreiras e promover a equidade. Isso implica a aquisição ou elaboração de materiais acessíveis, tecnologia assistiva e infraestrutura inclusiva, além da capacitação contínua dos profissionais que estarão em contato direto com esse público. Tais ações contribuem para a oferta de um atendimento qualificado e sensível às especificidades das PCD.

Contudo, para que essas ações se concretizem, é fundamental que todos os atores sociais envolvidos na gestão das bibliotecas ampliem seus conhecimentos sobre a diversidade humana. Tal compreensão é essencial para

reconhecer e valorizar os diferentes modos de ler, pensar, agir, ser e sentir.

Infere-se, portanto, que para disponibilizarmos espaços de aprendizagem inclusivos a sua concretização exige um compromisso contínuo de gestores, educadores e da sociedade como um todo. Ou seja, é fundamental que a acessibilidade atitudinal esteja presente. Na ausência dessa acessibilidade, as transformações necessárias dificilmente se concretizarão no contexto das bibliotecas e demais espaços educacionais

Infere-se que a falta de conhecimento, por parte de gestores escolares e bibliotecários, sobre o contexto da deficiência e as necessidades das PCD pode afetar diretamente a qualidade do atendimento e dos serviços prestados. Estudos na área da Biblioteconomia e CI demonstram que, muitas vezes, os usuários com deficiência não usufruem plenamente dos serviços, espaços e informações disponíveis nas bibliotecas. Essa limitação reforça a inacessibilidade desses espaços e aprofunda as desigualdades no acesso à leitura e à formação de leitores, especialmente para aqueles que dependem de recursos específicos – como as tecnologias assistivas- para participar dessas atividades.

Depreende-se que a discussão sobre o processo de inclusão — que é contínuo e permanente — precisa continuar no contexto das bibliotecas. Assim, ao garantir que as bibliotecas sejam, efetivamente, espaços acessíveis e inclusivos, fortalecerá o seu papel como agente de transformação social, promovendo respeito, equidade e acesso ao conhecimento para todos.

Deve ficar claro que o processo de inclusão acontece diariamente, e algumas barreiras apresentadas no Quadro 2 podem ser um ponto de partida, um *checklist* para observar e verificar como estão as bibliotecas escolares e universitárias.

Os dados do Censo Demográfico, que indicam que o Brasil possui mais de 14 milhões de PCD,

assim como as informações do Censo da Educação, não podem ser negligenciados na gestão das bibliotecas. É fundamental compreender a relevância dessa temática e promover sua incorporação nas práticas biblioteconómicas. Ao longo dos anos, as PCD têm ocupado, de forma crescente, os diversos espaços sociais a que têm direito, o que reforça a urgência de garantir ambientes de aprendizagem inclusivos e acessíveis.

6 Referências

- Alves, T. L. (2017). Biblioteca acessível: Eliminando barreiras. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13 (Edição Especial CBBB). <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/915/914>
- American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [Recurso eletrônico] (5^a ed.). Artmed. http://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. d. Rio de Janeiro, 2015.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 15599: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008
- Bardin, L. (2009). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Borges, A. A. P; Schmidt, C. Desenho universal para a aprendizagem. *Revista Teias* v. 22• n. 66• jul./set.2021. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044/38785>
- Brasil. (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.
- Brasil. (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o

- ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil. (1989). Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde.
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Brasil. (1999). Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm
- Brasil. (2000). Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
- BRASIL. (2000). Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Brasil. (2001). Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Brasil. (2001). Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- Brasil. (2002). Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm
- Brasil. (2003). Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro – assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura, livros nos formatos digital, magnético e ótico para o uso exclusivo de pessoas com deficiência visual.
- Brasil. (2004). Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Brasil. (2005). Decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Brasil. (2005). Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11133.htm
- Brasil. (2005). Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
- Brasil. (2007). Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.
- Brasil. (2008). Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC.

- <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/policiaeducespecial.pdf>
- Brasil. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- Brasil. (2010). Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
- Brasil. (2011). Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)
<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll>
- Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611
- Brasil. (2011). Decreto nº 7.559 – Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).
- Brasil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação Pública (LAI).
- Brasil. (2012). BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Brasil. (2014). Decreto nº 7.8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Brasil. (2016). Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
- Brasil. (2017). Lei nº 13.585, de 29 de dezembro de 2017. Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla
- Brasil. (2017). Decreto nº 9.099, 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.
- Brasil. (2018). Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso
- Brasil. (2018). Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 – Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida.
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-desetembro-de-2020-280529948>
- Brasil. (2020). Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).
- Brasil. (2023). Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.
- Brasil. (2024). Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Política

- Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.
- Campbell, F. K. (2001). Inciting Legal Fictions: disability's date with ontology and the ableist body of the Law. *Griffith Law Review*, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001. <http://hdl.handle.net/10072/3714>
- Carvalho, E. M. de. Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora. (Dissertação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Cerqueira, F. de J. (2019). A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB. (Dissertação). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CBL, BRACELPA, SNEL & ABRELIVROS. (2001). Retratos da leitura no Brasil (1ª ed.). <https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/10/1aedicaoRetratosdaLeitura2001.pdf>
- Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. (2001). Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>
- Chiavenato, I. (1987). Administração de empresas: Uma abordagem contingencial. MacGraw-Hill.
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). (2024). 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (5ª CNDPD) – https://www.5cndpd.org/_files/ugd/3ccff0_b8a89727739f44b6b88483c976406f05.pdf
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Protocolo Facultativo à
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
- Costa, M. K. A. (2022). As (d)eficiências na gestão de bibliotecas universitárias: um olhar sobre a perspectiva da diversidade (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
- Cunha, M. B da; Amaral, S. A. do; Dantas, E. B. (2015). Manual de estudos de usuários da informação. São Paulo: Atlas.
- CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. (2008). Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos.
- Cruz-Rascos, S. A. (2013). Rede colaborativa de serviços e produtos de informação no contexto das bibliotecas universitárias brasileiras (Tese) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação.
- Cunha, M. B. da, & Cavalcanti, C. R. de O. (2008). Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Briquet de Lemos.
- Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: Da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência (SEDPcD/Diversitas/USP Legal).
- Dischinger, M., Ely, V. H. M. B., & Borges, M. M. F. C. (2009). Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Groulx, L.-H. (2008). Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: J. Poupart et. al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). Censo da Educação Superior 2023 https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Inep.
- Instituto Pró-Livro. (2024). Retratos da leitura no Brasil (6ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%C%C7a%C83o_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf
- Instituto Pró-Livro. (2019). Retratos da leitura no Brasil (5ª ed.).
- Instituto Pró-Livro. (2015). Retratos da leitura no Brasil (4ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf
- Instituto Pró-Livro. (2011). Retratos da leitura no Brasil (3ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf
- Instituto Pró-Livro. (2007). Retratos da leitura no Brasil (2ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/APRESENTACAO_RETROS_DA_LEITURA_NO_BRASIL_28MAIO.pdf
- International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); United Nations Educational, scientific and cultural Organization (UNESCO). Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. (2025). <https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/f4228eaa-48aa-4d95-biblioteca-escolar-1e-467cdc2948f4/content>
- Ivanovich, A. C. F., Gesser, M. (2020). Deficiência e capacitar: correção dos
- corpos e produção de sujeitos (a)políticos. *Quaderns de Psicologia*, 22(3).
- Lanna Júnior, M. C. M. (Comp.). (2010). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Levinas, E. (1980). Totalidade e infinito. Edições 70.
- Maior, I. M. M. L. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: Reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, 10(2), 28-36. <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029/3365>
- Minas Gerais. Conselho Estadual de Educação. (2013). Resolução CEE nº 460, de 12 de dezembro de 2013. https://drive.google.com/file/d/0B_7kHDwWm0Q7ckwySVYwSzhlcU0/view?resourcekey=0-YJlh6GOflU111ltvLswuw
- Nicoletti, T. F. (2010). Checklist para bibliotecas: Um instrumento de acessibilidade para todos (Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ONU. (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
- PAULA, S. N. (2009). Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do Bibliotecário (Dissertação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 12, 10-16.

i O presente trabalho é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 do projeto INCT - Política educacional e trabalho docente na modalidade de Estágio Pós-Doutoral da Universidade Federal de Minas Gerais.

ii <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>

iii Uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um determinado tipo de eu e corpo (o padrão corpóreo) que é projetado como o perfeito, espécies típicas e, portanto, essenciais e totalmente humanas. A deficiência, então, é lançada como um estado diminuído de ser humano (tradução nossa).

iv Quadro 1 menciona 43 documentos – marcos históricos e regulatórios – entre os anos de 1961 a 2023.

v Mais detalhes da metodologia da tese sugere-se a leitura do documento.